



European Economic and Social Committee

CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Maio 2018 | PT

Línguas disponíveis:

bg cs da de el en es et fi fr hr hu it lt lv mt nl pl pt ro sk sl sv

Editorial

Meter mãos à obra para encontrar soluções positivas para o futuro da Europa



Caros leitores,

É com grande prazer que, na qualidade de presidente recém-eleito do Comité Económico e Social Europeu, assino este primeiro editorial. E é também nesta qualidade que terei a honra de presidir às comemorações do 60.º aniversário do CESE, que terão lugar na nossa reunião plenária de 24 de maio.

No momento em que lerem estas linhas, os preparativos para este evento histórico estarão na fase final. Embora as celebrações sejam, sem dúvida, uma oportunidade para passar em revista os momentos mais marcantes da história do Comité, decidimos desde o início que este exercício se deveria focar mais no futuro do que no passado.

Por conseguinte, em vez de recordar o passado do CESE, debateremos e refletiremos sobre o seu futuro. Afirmaremos a importância do Comité na Europa de hoje, convidando os principais líderes da UE e outras personalidades importantes que marcaram a história recente da UE para debater connosco o futuro da Europa.

Que papel cabe ao Comité Económico e Social Europeu na Europa de hoje e de amanhã? Estou convicto de que o CESE pode ser determinante na construção de uma «Europa que cuida das pessoas e as protege» tão desejada pelos cidadãos. O êxito de todas as entidades políticas, sejam elas regiões, Estados ou organizações supranacionais, depende da sua capacidade de fazer jus a este desígnio duplo.

Atualmente, a disponibilidade da Europa para desempenhar esta tarefa é posta em causa em vários quadrantes. Temos de refletir sobre a forma de dar respostas concretas e eficazes, e impedir que populistas, protecionistas e extremistas façam crer que as suas soluções são melhores.

O CESE representa uma grande maioria dos europeus – empresas, trabalhadores, agricultores, consumidores, fundações, cooperativas, etc. –, organizações que têm de dar resposta aos problemas e necessidades dos seus membros. Caso contrário, simplesmente não sobreviveriam.

Temos de canalizar esta força positiva para construir uma Europa que cuida das pessoas e as protege e inverter a deriva perigosa em que se encontra a Europa. A História ensina-nos que coisas horríveis podem acontecer quando a grande maioria permanece silenciosa. É do interesse da sociedade civil manifestar-se e empenhar-se na procura de soluções para preservar o futuro das nossas famílias, dos nossos trabalhadores, dos nossos cidadãos, das nossas comunidades. Vamos, pois, meter mãos à obra para encontrar soluções positivas e eficazes para o futuro da Europa.

Luca Jahier

Presidente do CESE

Agenda

4.6.2018

Bruxelas

3.ª edição do Dia Europeu das Empresas da Economia Social

18.6.2018

Bruxelas

Cimeira das partes interessadas do CESE sobre Inteligência Artificial

11.7.2018-12.7.2018

Bruxelas

Reunião plenária do CESE

Em síntese

[Dia de Portas Abertas, uma oportunidade única para descobrir como funciona o CESE](#)



O Comité Económico e Social Europeu abriu as suas portas ao público no **sábado, 5 de maio de 2018**, para celebrar o Dia da Europa. O CESE apresentou as suas atividades aos visitantes, focando-se especialmente na cultura, dado que 2018 é o Ano Europeu do Património Cultural.

O Dia de Portas Abertas do CESE constituiu uma oportunidade única para os cidadãos descobrirem o trabalho da única instituição que representa a sociedade civil organizada da Europa, uma instituição que inclui empregadores, organizações sindicais e grupos como associações comunitárias e profissionais, organizações de juventude, movimentos de mulheres, consumidores, defensores do ambiente e muitos outros.

Ao longo do dia, os visitantes e os jornalistas tiveram a oportunidade de aprender mais sobre o CESE e de trocar pontos de vista com os seus membros sobre o papel da sociedade civil no processo de decisão europeia e sobre temas específicos, como uma economia mais forte, a luta contra a obsolescência programada, a cibersegurança, a democracia participativa e o multilinguismo. (mp)

[A Jordânia é parceiro essencial para a estabilidade dos países vizinhos da UE](#)



Nos dias 26 e 27 de março, uma delegação do Comité Económico e Social Europeu reuniu-se em Amã com representantes da sociedade civil local e funcionários do Governo jordano. Os debates durante a visita incidiram sobre as dificuldades que este país enfrenta devido à falta de estabilidade na região. A delegação do CESE reconheceu a necessidade de apoio internacional e de medidas detalhadas, tendo em conta que, nos últimos anos, a Jordânia desenvolveu uma abordagem global para lidar com o afluxo maciço de refugiados, na sua maioria em fuga da guerra na Síria.

Nos seus vários encontros, os membros do CESE mostraram-se esperançados numa nomeação a breve trecho dos membros do Conselho Económico e Social (CES) jordano, a fim de constituir uma instância representativa composta por empregadores, sindicatos e representantes da sociedade civil. A delegação do CESE sublinhou a importância do papel do CES da Jordânia e da consulta da sociedade civil organizada no processo político, com vista a encontrar soluções inclusivas e sustentáveis para os problemas que o país enfrenta. (sg)

[Sociedade civil da UE e da Geórgia debate situação das PME e segurança dos alimentos na Geórgia](#)

A última reunião da Plataforma da Sociedade Civil UE-Geórgia realizou-se em Tiblíssi, em 22 de março. Os membros da plataforma debateram a aplicação do Acordo de Associação UE-Geórgia e emitiram uma declaração conjunta. A plataforma saudou o anúncio, no início de março, de uma eventual nova estrutura de cooperação setorial bilateral de alto nível entre a UE e a Geórgia, tendo manifestado o seu apoio ao regime de isenção de vistos para estadias de curta duração, do qual já beneficiaram muitos cidadãos georgianos.

A declaração conjunta saúda os progressos realizados para melhorar o ambiente empresarial e a situação das PME na Geórgia, mas salienta também que o governo tem de fazer mais para atender às necessidades das PME. A plataforma assinalou igualmente a falta de disposições e de regulamentação sensíveis à dimensão de género para assegurar a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor na legislação laboral da Geórgia. Os membros congratularam-se com os esforços das autoridades para melhorar o sistema de segurança dos alimentos na Geórgia, mas também salientaram que é necessário fazer mais no domínio da rastreabilidade dos



alimentos que não são seguros.(sg)

Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia preocupada com a tendência dos salários baixos na Ucrânia



A Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia insta Kiev a executar reformas mais coerentes em diversos setores e a dar prioridade absoluta à questão dos baixos salários e da pobreza. Estas questões foram abordadas em Bruxelas na 6.ª reunião desta plataforma, durante a qual os seus membros debateram os progressos da aplicação do Acordo de Associação UE-Ucrânia, o papel dos níveis de remuneração na redução da pobreza e o seu impacto na migração laboral, bem como as alterações climáticas.

A Plataforma da Sociedade Civil UE-Ucrânia exprimiu a sua satisfação em relação ao novo plano de ação destinado a aplicar o acordo de associação, adotado pelo Governo ucraniano. Contudo, reconheceu que é necessária a execução coerente de reformas em diversos domínios. A Plataforma assinalou também que, não obstante os compromissos assumidos, as tendências negativas dos salários baixos acentuaram-se na Ucrânia. A Plataforma instou

a Ucrânia a revogar as disposições da lei anticorrupção. Na sua declaração conjunta, a sociedade civil UE-Ucrânia denunciou igualmente as eleições ilegais realizadas na Crimeia em março de 2018. (ia)

Sérvia e UE devem intensificar esforços para assegurar que a adesão até 2025 continua a ser viável



A última reunião do Comité Consultivo Misto (CCM) UE-Sérvia teve lugar em 12 de abril, em Bruxelas. Os membros do CCM debateram a situação atual e o trabalho futuro nas negociações de adesão da Sérvia à UE, tendo adotado uma declaração final. A Sérvia foi reconhecida como um dos dois candidatos na dianteira, na região dos Balcãs Ocidentais.

Os representantes da sociedade civil exortaram as autoridades sérvias a continuarem a trabalhar para garantir o respeito de princípios como o Estado de direito, os direitos fundamentais, a reforma judicial, o combate à corrupção e a liberdade de imprensa. Recomendaram a criação de um grupo de trabalho para o empreendedorismo social, que reúna todas as partes interessadas pertinentes, no intuito de desenvolver uma estratégia para o empreendedorismo social no país. A declaração final louvou a nova forma de diálogo

estruturado entre o Governo e a sociedade civil da Sérvia. No entanto, instou as autoridades sérvias a envolverem mais eficazmente todas as partes interessadas na elaboração das políticas públicas. (sg)

Ciganos na Europa continuam a ser vítimas de discriminação e alvos de perfil étnico



A maior minoria da Europa, com mais de dez milhões de pessoas, continua a ser discriminada e marginalizada em muitos Estados-Membros da União Europeia. As ONG defensoras dos direitos humanos e os responsáveis políticos da UE, reunidos no Comité Económico e Social Europeu (CESE), alertaram para o facto de que, em muitos casos, os ciganos continuam a ser abordados pelas forças policiais com base num perfil étnico. Durante a 3.ª edição da Semana do Cigano, realizada pelas instituições da UE em Bruxelas, entre 8 e 12 de abril, teve lugar uma audição pública sobre o tema «Combater a hostilidade em relação aos ciganos nas práticas de definição de perfis étnicos».

Foi salientado que o maior problema das comunidades ciganas, especialmente na Europa Central e Oriental, continua a ser a sua insuficiente integração na sociedade, que, na maioria dos casos, resulta em pobreza. Os oradores chamaram também a atenção para o aumento das práticas de definição de perfis étnicos associadas às medidas de luta contra o terrorismo e ao reforço do controlo nas

fronteiras devido à migração, tendo assinalado que os ciganos estão entre os grupos que são vítimas desta tendência relativamente nova. (ia)

Fórum da Sociedade Civil apela a medidas concretas para resolver disparidades salariais entre homens e mulheres e melhorar normas laborais



O Fórum da Sociedade Civil no âmbito do Acordo de Comércio Livre entre a UE e a Coreia realizou a 6.ª reunião, em Seul, em 11 de abril, copresidida por Lee Ho-Geun e Georgi Stoev. Na sua declaração conjunta, os copresidentes salientaram que a incerteza do ambiente geopolítico coloca novos desafios para as relações entre a UE e a Coreia. Instaram à promoção dos valores e interesses partilhados na região e a uma maior relevância da parceria entre a Coreia e a UE para as expectativas dos cidadãos.

O Fórum da Sociedade Civil recomendou que os principais setores com fortes emissões da Coreia e da UE aproveitem os novos modelos de economia circular, com vista a descarbonizar as indústrias e melhorar a qualidade de vida. As duas partes expressaram o seu compromisso no sentido de uma economia mundial sustentável e integradora. Foi acordado que a igualdade salarial pelo trabalho deve ser uma prioridade fundamental tanto para a UE como para a Coreia. O fórum sublinhou igualmente a necessidade de levar a cabo um diálogo social construtivo com representantes de empregadores e trabalhadores sobre o

emprego, a política e a legislação laboral. (sg)

Novas publicações

«Descubra o que o CESE pode fazer si» - Nova edição disponível



A brochura estará disponível, numa primeira fase, em seis versões linguísticas: inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e neerlandês. Em seguida, serão disponibilizadas as restantes 17 línguas oficiais da UE em formato papel e no sítio Internet do CESE: [hiperligação](#)

Para obter a edição em papel, contacte: vipcese@eesc.europa.eu. (jp)

Publicação digital - O Comité Económico e Social Europeu (CESE) - 60 anos de empenho



A sociedade civil em ação para a Europa de amanhã!

Criado pelo Tratado de Roma em 1957, o Comité realizou **a sua primeira reunião plenária há 60 anos, em 19 de maio de 1958**. Desde então, a história do Comité está ligada à do processo de integração europeia, para o qual sempre contribuiu.

A presente **publicação digital** descreve esses 60 anos de empenho do Comité para fazer participar a sociedade civil em toda a sua diversidade na construção da Europa, salientando **os seus êxitos, as suas realizações principais, o seu valor acrescentado e a sua visão para o futuro da Europa**.

A presente publicação dinâmica, enriquecida de conteúdos multimédia e, em particular, de vídeos e infografias, **dirige-se tanto a um público informado** (meios de comunicação social, organizações da sociedade civil, conselhos económicos e sociais nacionais, outras instituições, universidades, etc.), **como ao público em geral**. Concebida como um produto evolutivo, visa **destacar o papel único do CESE** - tal como da sociedade civil organizada que ele representa - **no processo de integração europeia** enquanto incentivador da democracia participativa.

Adaptada à leitura em dispositivos móveis (em tablets e, brevemente, em telemóveis inteligentes), estará numa primeira fase disponível em três línguas (EN, FR e DE) no sítio Internet do Comité. (fgr)

Cidadãos no centro do debate sobre o futuro da Europa



Durante dois dias, em 5 e 6 de maio, o Comité Económico e Social Europeu, representante da sociedade civil, abriu as suas portas ao «[Painel dos Cidadãos Europeus](#)», que reuniu uma centena de cidadãos em representação da diversidade dos 27 Estados-Membros, excluindo o Reino Unido.

Este encontro foi lançado pela Comissão Europeia, por iniciativa do Governo francês e em parceria com o Comité, que foi o anfitrião desta «estreia».

Os participantes no painel partilharam as suas inquietações, receios e esperanças quanto ao futuro da Europa, no intuito de identificar as 12 questões principais que preocupam os europeus. Estas dizem respeito a todos os domínios da vida, como o desemprego, a educação, as migrações, o ambiente, o clima, a saúde, a defesa ou a segurança.

Resumidamente, cada cidadão teve a possibilidade de se exprimir sobre o futuro da Europa.

A partir de 9 de maio, o questionário, que se tornou um «instrumento pan-europeu», objeto da consulta gerida pela Comissão Europeia, será disponibilizado em linha para todos os cidadãos europeus, na perspetiva da cimeira de maio de 2019, que terá lugar em Sibiu.

O presidente do CESE, Luca Jahier, destacou o caráter único deste projeto, que «obriga a descobrir o caminho caminhando», bem como a importância de dialogar sobre os temas propostos pelos cidadãos na Europa. O presidente assegurou também aos participantes no painel que as suas opiniões serão tidas em conta: «A diversidade de opiniões e o contexto cultural e linguístico compõem a riqueza do nosso espaço europeu».

Segundo Thierry Libaert, membro do Grupo III, o Painel dos Cidadãos Europeus não se pode limitar a um evento isolado em Bruxelas. Deve replicar-se e ir ao encontro dos participantes onde quer que estes se encontrem, dando continuidade a este projeto com os membros do CESE nos respetivos Estados-Membros.

A ideia de acolher este painel surgiu na reunião plenária do CESE de fevereiro de 2018. Convidada a assistir à plenária do Comité, Nathalie Loiseau, ministra francesa dos Assuntos Europeus, apresentou o processo de consultas europeias proposto pelo presidente Emmanuel Macron. Foi nesta perspetiva que Georges Dassis (presidente cessante do CESE) e Luca Jahier (novo presidente) propuseram a participação ativa e imediata do Comité, remetendo para o êxito dos resultados das consultas realizadas em 2017 pelo CESE nos Estados-Membros, no âmbito do Livro Branco de Jean-Claude Juncker sobre o futuro da Europa. (ehp)

Integração dos Balcãs Ocidentais deve manter-se prioridade principal da UE



O alargamento da UE e, sobretudo, a disseminação dos valores democráticos e das normas jurídicas da UE na região dos Balcãs Ocidentais interessam tanto aos países dessa região como à UE, assinala o Comité Económico e Social Europeu no seu Parecer – [A coesão económica e social e a integração europeia dos Balcãs Ocidentais](#), adotado na reunião plenária de 19 de abril.

«É fundamental que a adesão dos Balcãs Ocidentais continue a ser uma prioridade para a UE», afirmou **Andrej Zorko**, relator do parecer do CESE. «Promover os valores da UE na região garante a segurança e a estabilidade e reforça o desenvolvimento económico e social, bem como a democracia e o Estado de direito, nesses países. Tal, por seu turno, traduz-se em estabilidade e segurança na UE. É muito importante que a sociedade civil, incluindo os parceiros sociais, tenha um papel ativo neste processo.»

A corrupção, a criminalidade organizada, a fragilidade geral das instituições estatais e do Estado de direito e a discriminação contra os grupos minoritários representam alguns dos problemas enfrentados pelos países dos Balcãs Ocidentais. As suas economias continuam a crescer, mas os seis países permanecem ainda entre os mais pobres da Europa. Calcula-se que a plena convergência com os níveis de vida da UE pode levar até 40 anos. O CESE estima, portanto, que a Comissão Europeia devia desenvolver programas específicos para uma convergência social e económica mais célere nos Balcãs Ocidentais.

«O CESE observa que o processo de adesão à UE continua a ser uma motivação importante para se realizarem reformas nos países dos Balcãs Ocidentais», declarou **Dimitris Dimitriadis**, correlator do parecer do CESE. «O Comité assinala a escassa atenção dedicada aos efeitos económicos e sociais das reformas realizadas, à luz das grandes diferenças existentes entre os níveis de segurança económica e social entre os Estados-Membros da UE e os países candidatos. O CESE recomenda, por conseguinte, que a coesão social, económica e territorial seja tida em conta na avaliação do cumprimento dos critérios de adesão à UE.» (sg)

Sobrevivência do setor europeu das tecnologias marítimas depende de uma posição firme da UE

Parecer do CESE apela a uma política industrial e de produção robusta, baseada na reciprocidade

«A Comissão Europeia deve adotar uma política industrial e de produção robusta, baseada na reciprocidade, caso contrário a indústria europeia das tecnologias marítimas não resistirá à concorrência dos estaleiros asiáticos», advertiu **Marian Krzaklewski**, relator do parecer do CESE sobre a [estratégia LeaderSHIP](#), adotado na reunião plenária de 19 de abril.

O CESE exorta a Comissão a intensificar a execução da estratégia LeaderSHIP 2020 e a apresentar as recomendações principais relativas à nova estratégia para o setor – a LeaderSHIP 2030.

«A Europa precisa de uma abordagem específica para a indústria da construção naval e do equipamento marítimo. À semelhança do



que acontece na China, nos EUA, no Japão e na Coreia do Sul, os responsáveis políticos europeus devem considerar este setor como estratégico para a economia europeia», salientou [Patrizio Pesci](#), correlator.

Esta abordagem deve incluir:

- um acordo abrangente no âmbito da OCDE que defina as regras em matéria de subvenções, e possivelmente também uma disciplina de preços;
- uma reciprocidade entre a Europa e os países terceiros que constitua um princípio orientador nas negociações bilaterais e multilaterais;
- um instrumento financeiro específico destinado a reforçar o investimento neste setor de alta intensidade de capital de risco, etc.

O setor europeu das tecnologias marítimas reveste-se de importância fundamental para a Europa, mas enfrenta muitas dificuldades, nomeadamente devido às políticas protecionistas dos concorrentes da Ásia Oriental.

Os cerca de 300 estaleiros europeus empregam 200 mil pessoas e têm um volume de negócios anual de aproximadamente 31 mil milhões de euros. Cerca de 22 mil grandes empresas e PME produzem e fornecem equipamento marítimo, gerando um volume de negócios anual de cerca de 60 mil milhões de euros. Empregam diretamente mais de 350 mil pessoas e detêm cerca de 50% da quota de mercado mundial. (sma)

Garantir notação triplo A social na UE exige empenho político e financiamento adequado



CESE reclama disponibilização de fundos suficientes para implementar Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Concretização do pilar exige melhorias nos Estados-Membros e compromisso sólido em matéria de orçamento, investimento e despesas correntes.

A implementação progressiva do pilar requer não só o empenho dos Estados-Membros, mas também a apropriação, a responsabilização e a participação ativas de todas as partes interessadas, bem como medidas de financiamento adequadas para esse fim.

«Os elementos fundamentais para o financiamento serão uma **maior flexibilidade das regras orçamentais da UE em matéria de investimento público, a plena utilização dos fundos estruturais europeus e uma fiscalidade justa**», afirma **Anne Demelenne**

(Grupo dos Trabalhadores, BE), relatora do [parecer](#) sobre este tema.

O CESE está convicto de que a realização de **investimentos sociais adequados** será crucial para garantir que os Estados-Membros são capazes de atingir os objetivos definidos. Poder-se-ia criar uma margem adequada para esta despesa nos Estados-Membros, com a ajuda de programas da UE. Os instrumentos europeus disponíveis devem ser utilizados para apoiar o investimento público nos Estados-Membros.

Como defende **Anne Demelenne**, «os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a necessidade de o executar devem constituir uma das linhas-mestras das próximas negociações do **Quadro Financeiro Plurianual da UE após 2020**. A semelhança do Parlamento Europeu, solicitamos um aumento do limiar da despesa da UE, atualmente fixado em 1%.»

A realização de mais investimento público nos Estados-Membros pode ser facilitada com o recurso a **políticas fiscais adequadas** e a uma **regra de ouro para o investimento público com um objetivo social**. Para além do financiamento público nacional e da UE, o CESE considera que o **investimento do setor privado** poderia dar o seu contributo em alguns domínios.(jk)

CESE propõe novas medidas necessárias para alcançar uma UEM estável, próspera e resistente



O CESE está firmemente convicto de que a União Económica e Monetária (UEM) ainda não é suficientemente resistente e estável para enfrentar de forma eficaz as crises futuras. Ao mesmo tempo que defende a conclusão da UEM, o Comité insta os decisores políticos a chegarem rapidamente a um acordo político mais amplo sobre a forma de alcançar uma UEM efetiva e aprofundada, o que constitui o objetivo final.

«Os próximos passos para concluir a UEM devem basear-se numa firme posição comum de todos os Estados-Membros, mas no atual debate político falta claramente uma visão estratégica comum», afirmou **Mihai Ivascu**, relator do mais recente [parecer do CESE](#) sobre o [pacote UEM](#) da Comissão Europeia.

Stefano Palmieri, presidente da secção ECO e correlator, afirmou: «A realização da UEM exige um compromisso político firme, uma governação eficiente e uma utilização mais eficaz dos recursos financeiros disponíveis. Há que desenvolver novos instrumentos financeiros para prevenir as crises e contrariar medidas pró-cíclicas».

No seu parecer, o CESE salienta, entre outros aspetos, que o novo **Fundo Monetário Europeu** não deve funcionar como «paraquedas dourado». Em vez disso, o seu papel deve consistir em prevenir as crises bancárias, apoiar o desenvolvimento económico e absorver choques.

Além disso, o CESE sugere a inclusão no orçamento da UE dos novos instrumentos orçamentais propostos, nomeadamente uma função de estabilização macroeconómica para a área do euro e um **mecanismo de convergência** específico para os Estados-Membros em vias de adesão à área do euro.

O Comité elaborou um parecer separado sobre o [apoio às reformas estruturais nos Estados-Membros](#) em resposta às propostas da Comissão.

No seu parecer, o CESE propõe, entre outros aspetos, o desenvolvimento de uma estratégia clara para o Programa de Apoio às

Reformas Estruturais e o aumento das suas dotações financeiras sem penalizar o orçamento de outros fundos igualmente importantes.

Para mais informações, consultar o nosso [sítio Web](#). (jk)

Investimento direto estrangeiro: impõe-se análise para proteger segurança nacional e ordem pública na UE



O investimento direto estrangeiro é uma importante fonte de crescimento, emprego e inovação e tem sido desde sempre um fator determinante de apoio ao desenvolvimento económico e social da União Europeia. Porém, também pode acarretar riscos para a segurança nacional pelo que importa prever um quadro adequado para a análise destes investimentos.

«O investimento estrangeiro em tecnologias-chave e em infraestruturas sensíveis, como o abastecimento de energia e de água ou os serviços financeiros, deve ser escrutinado», defendeu Christian Bäumler, relator do parecer do CESE sobre a análise do investimento direto estrangeiro, adotado pelo CESE na sua reunião plenária de 19 de abril. **A análise dos investimentos em empresas de importância estratégica para a segurança nacional e a ordem pública da UE é parcelar e descoordenada.** Só alguns

Estados-Membros preveem procedimentos de análise; nos países onde estes mecanismos não existem, os investimentos não são controlados. O CESE sublinha que um sistema ao nível da UE deverá ser capaz de superar as diferenças entre os Estados-Membros e, ao mesmo tempo, preservar os interesses nacionais e europeus.

Ao longo dos últimos 10 anos registou-se um aumento do investimento de países terceiros na UE, em grande parte oriundo dos Estados Unidos da América, do Canadá e da Suíça, seguidos do Brasil, da China e da Rússia. O facto de alguns investidores estrangeiros – principalmente empresas públicas – estarem interessados em adquirir empresas europeias que possuem tecnologias-chave e em investir em setores e infraestruturas estratégicos, bem como noutros ativos relevantes para a segurança dos Estados-Membros e da UE, tem gerado alguma apreensão.

O CESE saúda a proposta de regulamento que estabelece um quadro para a análise dos investimentos diretos estrangeiros na UE, mas salienta que a dimensão do problema não é ainda amplamente conhecida, uma vez que a Comissão não realizou uma avaliação de impacto exaustiva dos fluxos de investimento.

«Embora o mecanismo de análise da UE proposto constitua um avanço, não é ainda suficiente para proteger plenamente os interesses da UE e dos Estados-Membros. Em todo o caso, nesta fase, o sistema não deve tornar-se demasiado pesado, moroso e oneroso», afirmou o correlator do CESE, **Gintaras Morkis**. (sg)

CESE apela a uma União da Energia europeia que envolva e beneficie todos os cidadãos europeus



O CESE apoia com vigor os objetivos da União da Energia e encoraja a sociedade da UE a apropriar-se plenamente desse projeto. A União da Energia não só é importante para as políticas em setores como a energia, o transporte e o clima como proporciona várias oportunidades de tornar a Europa mais democrática, coesa, competitiva e justa. Para tal, é essencial um diálogo eficaz sobre a energia com a sociedade civil organizada a nível da UE, nacional, regional e local.

No [parecer do CESE](#) adotado na reunião plenária de abril, **Toni Vidan** e **Christophe Quarez** avaliam os progressos realizados no sentido de uma União da Energia europeia, após a publicação do terceiro relatório da Comissão Europeia sobre a matéria, em novembro de 2017.

A sociedade civil organizada deve estar envolvida de forma ativa e permanente. Um diálogo sobre a energia eficaz requer esforços concertados de todas as instituições da UE e dos seus membros, tanto em Bruxelas como no seio dos Estados-Membros, para debater os benefícios e os problemas enfrentados pela União da Energia, envolver os cidadãos na elaboração de planos de transição energética e organizar debates públicos sobre a forma como os cidadãos imaginam o futuro da energia na Europa.

O Comité propõe soluções práticas para tentar ultrapassar os obstáculos existentes: um pacto social para uma transição energética liderada pelos cidadãos, um serviço europeu de informação energética, um fundo europeu de ajustamento à transição energética e um programa ErasmusPro Verde. (mp)

Derrotar os estereótipos para o triunfo da igualdade de remuneração



O CESE apoia os esforços envidados pela Comissão no sentido de reduzir a disparidade salarial entre homens e mulheres na UE (16,3%), mas propõe novas medidas, incluindo um enfoque especial na luta contra estereótipos sociais e culturais há muito enraizados que condicionam as escolhas educativas e profissionais das mulheres.

No seu [parecer](#) sobre o [plano de ação da Comissão para colmatar as disparidades salariais entre homens e mulheres](#), o CESE sublinha ainda a importância da transparência salarial e das auditorias às remunerações nas empresas. Insta igualmente a Comissão a recolher dados individualizados, a fim de produzir estatísticas mais exatas sobre a pobreza feminina, amiúde camuflada pelo facto de os dados serem recolhidos por agregado familiar e não de forma individual.

Disponer de dados mais precisos sobre os salários permitiria uma negociação coletiva com maior conhecimento de causa, o que é

extremamente importante.

«Os parceiros sociais desempenham um papel decisivo neste contexto, uma vez que, de acordo com as estimativas, um aumento de 1% do diálogo social se reflete numa redução de 0,16% da disparidade salarial entre homens e mulheres», declarou a **relatora Anne Demelenne**.

Segundo a correlatora do parecer, **Vladimíra Drbalová**, a presença de mulheres em setores de remuneração mais elevada, como a ciência, as TIC, os transportes ou a construção, representaria um avanço assinalável.

O CESE sustenta igualmente que também cabe um papel importante aos Estados-Membros, que deverão disponibilizar mais estruturas de acolhimento de crianças e de idosos, garantindo assim um melhor equilíbrio entre a vida profissional e familiar.

Se os esforços da Comissão não surtirem efeito até ao final de 2019, o CESE poderá solicitar que esta avance com propostas de medidas mais vinculativas, eventualmente acompanhadas de sanções. (II)

[Reforço das redes de energia da Europa é crucial para a União da Energia](#)



Redes de energia europeias mais fortes e interconectadas são uma condição essencial para a União Europeia da Energia. Os sistemas energéticos europeus só conseguirão atingir o fim a que se destinam - fornecer aos cidadãos energia económica, sustentável e segura, numa base competitiva - se a Europa dispuser de redes de energia integradas e bem desenvolvidas.

No [parecer do CESE](#), adotado na reunião plenária de abril e redigido por **Andrés Barceló Delgado**, o Comité saúda a Comunicação da Comissão sobre o reforço das redes de energia da Europa e salienta que o apoio financeiro a título do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) permitiu viabilizar um número crescente de projetos em toda a Europa.

«Ainda há muito trabalho a fazer», afirmou **Andrés Barceló Delgado**. «Muitos Estados-Membros não conseguirão alcançar o objetivo de 10% de interligação até 2020. As causas na origem de tais insucessos (trâmites administrativos complexos, implicações políticas, financiamento, falta de apoio do público) carecem ainda de resposta adequada e correm o risco de comprometer o cumprimento dos objetivos para 2030», acrescentou.

A fim de fazer frente a algumas questões pendentes, o CESE apresenta, pois, um conjunto de recomendações em prol de análises mais adequadas, da plena implicação das partes interessadas numa fase mais precoce e do aumento do orçamento. (mp)

[Aprendizagem de qualidade na Europa: os aprendizes devem ter uma palavra a dizer](#)



Os regimes de aprendizagem devem ser moldados com a participação ativa das pessoas diretamente envolvidas - os próprios aprendizes e as respetivas organizações. Esta é a principal reserva do CESE no que se refere à proposta de Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem, que, em geral, o CESE acredita contribuirá para elevar os padrões em toda a UE.

As organizações de jovens e de pais, as associações de estudantes e os próprios aprendizes não são encarados como partes interessadas óbvias no desenvolvimento da aprendizagem, mas, na medida em que são os beneficiários principais desses regimes, devem participar na conceção, gestão e execução dos mesmos, afirma o CESE num [parecer](#) adotado em 19 de abril sobre a proposta de [recomendação do Conselho relativa a um Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem](#).

É fundamental envolver os parceiros sociais, como é o caso da proposta, mas é também essencial obter o apoio dos demais grupos interessados principais, defende o CESE, que se baseou na experiência do Fórum Europeu da Juventude para definir a sua posição.

No entanto, a aprendizagem não resolve a questão do desemprego. Embora ela possa contribuir para melhorar as hipóteses de os cidadãos encontrarem um emprego, o desemprego é uma questão complicada que deve ser abordada de ângulos diferentes, sublinha o CESE.

Em geral, o CESE congratula-se com a proposta, dado que proporciona uma perceção comum do que constitui uma aprendizagem de qualidade e define os seus elementos principais, nomeadamente um contrato escrito, as regras para a remuneração, o tempo despendido no local de trabalho, a proteção social, a higiene e a segurança no trabalho, etc.

O apoio às PME no fornecimento de aprendizagem de qualidade é uma disposição muito oportuna, e a mobilidade transnacional para os aprendizes é também um ponto positivo na opinião do CESE.

O CESE oferece-se para acompanhar a execução do novo quadro nos Estados-Membros, da perspetiva da sociedade civil organizada.

[O desenvolvimento de novas formas de mobilidade não pode esquecer os interesses dos cidadãos da UE](#)

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) insta a Comissão a ser mais rigorosa no que toca a facilitar o acesso dos consumidores a novas formas mais limpas de mobilidade a preços comportáveis, e a prever um maior apoio financeiro para os transportes públicos. No seu parecer - Realizar o objetivo de uma mobilidade hipocarbónica, adotado na reunião plenária da semana passada, o Comité debateu a proposta da Comissão sobre a forma de reduzir de forma eficaz as emissões de gases com efeito de estufa produzidas pelo transporte rodoviário.

O CESE chama a atenção para a abordagem geral, tecnologicamente neutra, definida pela Comissão - uma abordagem que, de



acordo com o relator, **Ulrich Samm**, não é plenamente seguida nas iniciativas propostas. Por conseguinte, recomenda-se uma abordagem mais flexível, em detrimento, por exemplo, da definição de valores-limite de emissões ou de objetivos em matéria de contratos públicos. O CESE assinala ainda que, além da ênfase que coloca em novas tecnologias como os veículos elétricos, a Comissão deveria ter em consideração o grande potencial de melhoria da frota existente. (ia)

[Dia da ICE apela à participação genuína dos cidadãos](#)



Seis anos após a introdução da Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) e no seguimento de críticas construtivas reiteradas e de apelos para a sua melhoria, especialmente pelo Comité Económico e Social Europeu (CESE) e outras instituições, a Comissão Europeia propôs finalmente alterações a este instrumento importante de democracia participativa.

No Sétimo Dia da ICE no CESE, o primeiro vice-presidente da Comissão, **Frans Timmermans**, apresentou as alterações principais, incluindo a diminuição da idade de 18 para 16 anos e a simplificação dos requisitos de informações para assinar as iniciativas.

O Dia da ICE centrou-se em «**Trabalhar em conjunto**», visando sublinhar o valor da cooperação e da responsabilidade partilhada na promoção da cidadania ativa.

O presidente do CESE, **Georges Dassis**, congratulou-se com a iniciativa da Comissão como um passo em frente em termos de simplificação e redução dos encargos administrativos, mas lamentou que a proposta atual não tivesse reforçado o acompanhamento. «As iniciativas de cidadania europeia bem-sucedidas têm de lançar o diálogo e um acompanhamento adequado ao nível da UE», instou ele.

No seu discurso, **Luca Jahier**, o novo presidente do CESE, sublinhou a importância do artigo 11.º do TUE, que impõe às instituições europeias a obrigação legal de consultar e participar num diálogo com a sociedade civil e os cidadãos. «Uma ICE eficiente deve capacitar os cidadãos, deve dar-lhes voz, conferir um sentimento de pertença e de identidade, contribuindo para restabelecer a confiança e redescobrir a solidariedade do projeto europeu. Por isso, o CESE foi sempre muito ativo no que diz respeito à ICE.»

Em três ateliês, os participantes manifestaram repetidamente o seu desejo de a UE ser mais participativa e instaram os dirigentes nacionais e europeus a ouvirem os seus cidadãos. (sma)

[Repensar o plástico: comportamentos só mudam se houver um quadro legislativo forte e alternativas viáveis](#)



Cillian Lohan, membro da Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular e membro do CESE, afirmou numa audição sobre a **Estratégia da UE para os Plásticos na Economia Circular**, organizada pelo CESE, que a tecnologia, por si só, não seria suficiente para induzir a transição, sendo também necessário trabalhar ao nível da generalização de mudanças de comportamento. Afirmou ainda estar convicto de que podemos «promover uma mudança de comportamento se apresentarmos alternativas vantajosas e economicamente viáveis». Abordar a forma como consumimos seria um elemento fundamental em termos do que poderíamos alcançar no futuro. Referindo-se à necessidade de transitar para uma economia circular, indicou que parece «ser imperioso passar do *conceito de consumidores* para o *conceito de utilizadores* no âmbito do consumo excessivo e do desperdício».

Vários peritos de diferentes áreas debateram estas questões de relevo, e as principais conclusões, que refletem a posição a sociedade civil, serão tidas em conta no parecer do CESE, em elaboração, sobre a estratégia e a diretiva acima referidas.

Notícias dos grupos

[Reunião plenária do CESE comemora o 75.º aniversário da Revolta do Gueto de Varsóvia](#)

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

A reunião plenária do CESE comemorou, com um minuto de silêncio, o 75.º aniversário da Revolta do Gueto de Varsóvia, a maior insurreição armada dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Para assinalar a ocasião, os membros do CESE pregaram na lapela narcisos em papel amarelo, o símbolo da lembrança da revolta. No mesmo dia, foram também distribuídos nas ruas de Varsóvia, na Polónia, símbolos em papel semelhantes.

«É um paradoxo: quanto mais os cidadãos europeus vivem em paz e prosperidade, tanto menos se lembram do desígnio geral que presidiu à criação da UE. Para os fundadores da UE, o objetivo era «Guerra nunca mais!», sublinhou Jacek P. Krawczyk, presidente do Grupo dos Empregadores do CESE, no seu discurso de abertura da comemoração. «Este narciso amarelo não é só o símbolo das



vítimas da guerra. É também o símbolo da resistência contra todas as tentativas de dividir a comunidade, de criar muros para separar as pessoas, de segregar as pessoas devido à sua origem», acrescentou.

No seu discurso, Jean-Pierre Haber, membro fundador do CEJI (centro europeu judeu de informação), apelou a todos os representantes da sociedade civil europeia para que tomassem medidas a fim de assegurar que todos os europeus possam viver numa Europa livre e pacífica.

Os historiadores estimam que durante a revolta e a liquidação brutal do gueto, que duraram 20 dias, 7 000 judeus tenham sido abatidos a tiro no local, outros 7 000 enviados para o campo da morte de Treblinka e 36 000 deportados para campos de trabalho forçado. (lj)

É hora de mudança no Grupo III



Desde 18 de abril, Arno Metzler é oficialmente o presidente do Grupo III para o mandato de 2018-2020.

O novo presidente – que exerce advocacia na Alemanha desde 1983 – representa as profissões liberais alemãs no CESE desde 2002. Antes de ser presidente do grupo, foi vice-presidente responsável pelas PME, Profissões Liberais e Regimento.

Europeísta convicto, acredita profundamente nos benefícios da UE enquanto nível complementar de governação e identidade. Para Arno Metzler é fundamental consagrar uma grande parte da energia a «vender» a Europa e os seus valores de tolerância, pluralismo e inclusão.

Visto que a diversidade é a força do nosso grupo, uma das suas primeiras decisões como presidente foi alterar a designação do grupo, que deixa de ser o Grupo dos Interesses

diversos e passa a chamar-se **Grupo Europa da Diversidade**, «uma nova designação que é mais clara, mais apelativa, e deixa transparecer o orgulho que temos na nossa diversidade».

Combater o preconceito e o populismo através da responsabilidade e da diversidade será uma das grandes prioridades do seu mandato. Um estudo sobre a ascensão do populismo em zonas não metropolitanas foi já encomendado e permitirá ao CESE compreender melhor os fatores que influenciam a atração que o populismo exerce sobre os cidadãos e a forma como as organizações da sociedade civil procuram responder ao fenómeno, com vista a reforçar o apoio à sua ação. As conclusões desta publicação serão apresentadas durante uma conferência que o grupo organizará em outubro, na Áustria. O mandato de Arno Metzler centrar-se-á também na **luta contra o preconceito e na promoção da diversidade através da educação**.

Nos próximos dois anos e meio, o presidente será coadjuvado nas suas atividades pelos sete recém-eleitos vice-presidentes, a saber, Baiba Miltoviča (LV), Krzysztof Stanisław Balon (PL), Séamus Boland (IE), Alfred Gajdosik (AT), Mindaugas Maciulevičius (LT), Pavel Trantina (CZ) e Ioannis Vardakastanis (EL).(ih)

Trabalho, novas formas de trabalho e condições de trabalho



pelo Grupo dos Trabalhadores

As taxas de emprego surgem constantemente nos títulos das notícias. No entanto, quase tão importante como o número de pessoas empregadas são as condições em que estas trabalham. Este fator é particularmente pertinente face à evolução recente dos mercados de trabalho e ao aumento dos contratos não convencionais, tendo sido necessários [acórdãos](#) do TJUE, por exemplo, para estabelecer que os motoristas da Uber são trabalhadores dependentes e não independentes.

O conceito de «condições de trabalho» abrange muitas dimensões, desde o salário e o horário de trabalho, passando pela saúde e segurança, até às regalias, obrigações específicas, etc. Incluem-se aqui os «períodos de estágio», que em alguns casos já não

servem o seu propósito e são simplesmente uma forma de obter mão de obra barata e flexível. Não obstante, continua a ser importante que os trabalhadores conheçam e entendam estas condições de antemão – o que nem sempre é claro – e sejam notificados de eventuais alterações logo que possível, proporcionando-lhes previsibilidade.

Para o efeito, a Comissão Europeia propõe um regulamento destinado a desenvolver um quadro coerente para este direito dos trabalhadores a serem informados. Esta proposta, porém, suscita ainda certas questões, como o âmbito abrangido pela sua definição de «trabalhador». A rápida evolução do mercado de trabalho gerou uma multiplicidade de «novas formas de trabalho», tais como a angariação de trabalhadores através de cheques-serviço e de plataformas, que, com os seus contratos de trabalho não convencionais, não são abrangidos pela definição tradicional de «trabalhador».

Tal não se cinge, evidentemente, às «novas formas de trabalho»: os contratos não convencionais, tais como os contratos sem horário de trabalho ou os contratos para trabalhadores destacados e empregados domésticos, já existem há bastante tempo e, na sua maioria, oferecem muito pouca previsibilidade quanto às condições de trabalho, o que conduz, na prática, a um fraco equilíbrio entre vida profissional e pessoal. A previsibilidade também permite conciliar o trabalho com os estudos ou com outro emprego a tempo parcial.

Em todos estes casos, as convenções coletivas são essenciais para assegurar condições de trabalho adequadas, pelo que se acolhe favoravelmente a referência a este elemento na proposta. Em particular, à medida que estas condições «flexíveis» se tornam cada vez mais comuns, com a propagação das novas formas de trabalho, são necessárias definições claras e inclusivas de trabalhador e de empregador, a fim de assegurar que as disposições sólidas em prol dos trabalhadores não são simplesmente soterradas pelas novas formas de trabalho e que as novas realidades (como o pagamento pelo empregador da aprendizagem ao longo da vida e da formação que lhe está associada) não constituem um encargo adicional para os trabalhadores.

Editores:

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Daniela Marangoni (dm)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Indre Anskaityte (ia)
Isabelle Henin (ih)
Jasmin Kloetzing (jk)
Jonna Pedersen (jp)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Marco Pezzani (mp)
Pablo Ribera Paya (prp)
Siana Glouharova (sg)
Silvia M. Aumair (sma)

Coordination:

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard,
99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico:
eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

O próximo número sairá em julho de 2018.